



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO
PARANAÍBA

ATA NA ÍNTEGRA DA 115ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Local: Sede Regional SISEMA – Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro – Uberlândia/MG

Data: 08 de maio de 2015 às 09h00min

Aos 08 (oito) dias do mês de maio do ano de 2015 (dois mil e quinze), realizou-se na Sede Regional do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), situada na Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Bairro Centro, município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, a 115ª (centésima quinta) Reunião Ordinária (RO) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP). Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Sr (senhor) Rodrigo Pereira do Amaral, 2º (segundo) Suplente da Presidência, Diretor Técnico da Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Noroeste de Minas; Sra. (senhora) Lilian Costa Damaceno, 1ª (primeira) Suplente da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Sr. Rafael Augusto Fiorine, 1º (primeiro) Suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE); Sr. Geraldo Magela Mendes, 1º Suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU); Sr. Adrian Franco da Silva e Sra Carla Vieira Alvarenga, 1º e 2ª (segunda) Suplente, respectivamente, da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP); Sr. Major André Márcio Alves Rodrigues e 2º Tenente Patrício Renato Ferreira, Titular e 1º Suplente, respectivamente, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sr. Alam Baena Bertolla dos Santos, 1º Suplente da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ); Sr. José Antônio Leandro, 1º Suplente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Município Sede - Uberlândia; Sra. Dora Marques Peres Drummond, Titular do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba – PN3; Sr. Thiago Rodrigues Cavalcanti, 2º Suplente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Sra. Elaine Cristina Ribeiro Lima, Titular da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Sr. Fernando Ruas Machado, Titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção Minas Gerais (ABES/MG); Sr. Rodrigo Borges de Melo, Titular do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG); Sr. Antônio Geraldo de Oliveira, Titular da Associação Cerrado Vivo para Conservação da Biodiversidade (CERVIVO); Sr. Rodrigo de Castro Amedee Peret, Titular da Ambiente e Educação Interativa (AMEDI); Sr. Alexander Martin Silveira Gimenez, Titular do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/ARAXÁ); Sr. Reginaldo de Camargo, 1º Suplente da Universidade Federal de Uberlândia; Sra Glaucimar Soares da Silva Vieira e Sr. Cláudio Junio Leocádio, Titular e 2º Suplente, respectivamente, do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA). RODRIGO (PRESIDENTE): Bom dia a todos os Conselheiros, bom dia a todas as pessoas. Vamos dar inicio a 115ª (centésima décima quinta) Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM); dia 08 de maio de 2015, 09h15min (nove horas e quinze minutos) na Sede Regional do SISEMA, Uberlândia. Convido a todos para a Execução do Hino Nacional Brasileiro. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pela Secretária de Estado Adjunta de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Dra. Marília Carvalho de Melo.** Antes de começarmos vou fazer a leitura de um



Comunicado da Secretária Adjunto. “Abertura pela Secretária de Estado Adjunta de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Dra. Marília Carvalho de Melo. Senhores Conselheiros, diante da impossibilidade de comparecimento do Titular e 1º Suplente representantes da SEMAD junto à URC, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme composição estabelecida pela Deliberação COPAM 491/2013, indico o Sr. Rodrigo Pereira do Amaral, da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para presidir a 115ª (centésima décima quinta) Reunião Ordinária, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que será realizada no dia 08 de maio de 2015 as 09 horas. Atenciosamente. Marília Carvalho de Melo”. Item 3.

Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais. Gostaria primeiro de fazer um lembrete e dar as boas-vindas aos novos integrantes do Conselho, indicados por suas respectivas instituições. Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP), 1º Suplente Adrian Franco da Silva, 2ª Suplente Carla Vieira Alvarenga; Polícia Militar de Minas Gerais, Titular Major PM André Márcio Alves Rodrigues e 1º Suplente 2º Tenente PM Patrício Renato Ferreira; Prefeitura do Município Sede da Unidade Colegiada, 1º Suplente Sr. José Antônio Leandro, Secretaria Municipal de Meio Ambiente; o Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba – PN3, Titular Dora Marques Peres Drummond; Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA), Titular Glaucimar Soares da Silva Vieira. Bem vindo a todos e que façam um bom trabalho. Também gostaria de informar aos novos Conselheiros e todas as pessoas para quando forem protocolar os Pareceres de Retorno de Vistas, entregar o processo no prazo de estipulado, que é de 05 dias úteis antes da reunião, porque atualmente os Conselheiros estão enviando cópia digital e o Parecer original só no dia da reunião. Vamos ao Exame da Ata da 114ª RO, ah desculpe, algum comunicado dos Conselheiros? Pois não. RODRIGO (CREA/MG): Bem-vindo a todos, depois de uma pausa que nós tivemos nos trabalhos. Só fazer um informe, no dia 21 e 22 de Maio, estarão 04 (quatro) Câmaras do CREA Minas aqui na região, se reunindo. Então, nós teremos em Uberlândia a Câmara de Engenharia Química e Mecânica, teremos em São Gotardo Agronomia, em Paracatu Geologia e Minas. Então, é um momento para quem quiser se reunir com as Câmaras Especializadas, tirar dúvidas, principalmente com atribuições, as Câmaras estarão na nossa região. Item 4. **Exame da Ata da 114ª RO de 14/11/2014.** Quem for a favor permaneçam como estão, demais se manifestem. ADRIAN FRANCO DA SILVA (SETOP): Gostaria de abster. RODRIGO (PRESIDENTE): Fica registrada a abstenção. Então, fica aprovada a pauta pela maioria. O item 5. Processo Administrativo para exame de Revalidação da Licença de Operação. Aos novos e demais, eu vou ler os processos, a pauta em bloco e ao fim de cada processo quem tiver destaque se manifeste, e retornaremos ao final para discutir esse destaque. Item 5.1 Retorno de Vistas, eu vou lê-lo também, porém nós vamos discuti-lo ao final da leitura. Item 5. **Processo Administrativo para exame de Revalidação da Licença de Operação. 5.1 Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB - Armazenagem de grãos ou sementes não associada a outras atividades listadas, limpeza, lavagem, secagem, descascamento ou classificação - Uberlândia/MG - PA/Nº 18398/2005/002/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. RETORNO DE VISTAS pelo Conselheiro Thiago Alves do Nascimento representante da FIEMG.** Item 6. **Processo Administrativo para exame da Licença Prévia: 6.1 Vale do Tijucu Açúcar e Álcool S.A - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Uberaba/MG - PA/Nº 002327/2007/008/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP.** FREI RODRIGO (AMEDI): Destaque. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Destaque. RODRIGO (PRESIDENTE): Item 7. **Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de**



99 **Instalação: 7.1 Eunice Lane Fernandes de Paula e Silva ME - Extração de areia e**
100 **cascalho para utilização imediata na construção civil - Frutal/MG - PA/Nº**
101 **10207/2008/002/2013 - DNPM 831.548/2001 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP.**
102 **Esse processo foi publicado como Classe 5, mas na verdade ele Classe 3. Então, fica**
103 **registrado. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Item 7.1 destaque. RODRIGO**
104 **(PRESIDENTE): Item 8. Processo Administrativo para exame da Licença de Instalação:**
105 **8.1 Agripetro - Transporte e Comércio de Combustíveis Postos revendedores, postos ou**
106 **pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de**
107 **combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Araguari/MG - PA/Nº**
108 **33977/2012/002/2015 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. RODRIGO (CREA):**
109 **Destaque. RODRIGO (PRESIDENTE): Item 9. Processo Administrativo para exame da**
110 **Licença de Instalação Corretiva: 9.1 Bem Brasil Alimentos Ltda. - Fabricação de**
111 **produtos alimentares, não especificados ou não classificados - Perdizes/MG - PA/Nº**
112 **34075/2013/001/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. ALAM (PROMOTOR**
113 **DE JUSTIÇA): Destaque. RODRIGO (PRESIDENTE): Item 10. Processos Administrativos**
114 **para exame da Licença de Operação: 10.1 Leonardo Zanatta Possamai / Fazenda Pito -**
115 **Avicultura de corte e reprodução, criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos**
116 **de corte (extensivo) - Monte Alegre de Minas/MG - PA/Nº 16610/2013/002/2014 - Classe**
117 **4. Apresentação: Supram TMAP. THIAGO (FIEMG): Destaque. RODRIGO**
118 **(PRESIDENTE): Item 10.2 Auto Posto M Frutal Ltda. / Fazenda Marimbondo e Rocinha**
119 **- Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas**
120 **retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de**
121 **aviação - Frutal/MG - PA/Nº 13730/2012/003/2015 - Classe 5. Apresentação: Supram**
122 **TMAP. RODRIGO (CREA): Destaque. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Destaque.**
123 **RODRIGO (PRESIDENTE): Item 10.3 Carlos Alberto Peloi / Fazenda Rio das Pedras -**
124 **Avicultura de corte e reprodução, bovinocultura extensiva - Uberlândia/MG - PA/Nº**
125 **02934/2012/002/2014 - Classe 4. Apresentação: Supram TMAP. Item 10.4 Carlos Alberto**
126 **Peloi / Fazenda Rio das Pedras - Avicultura de corte e reprodução, bovinocultura**
127 **extensiva - Uberlândia/MG - PA/Nº 02934/2012/003/2014 - Classe 4. Apresentação:**
128 **Supram TMAP. Item 10.5 Fábio Abadio Ananias da Silva e Outro / Sítio Nossa Senhora**
129 **da Abadia - Avicultura de corte e reprodução, bovinocultura de leite, bubalinocultura**
130 **de leite e caprinocultura de leite, criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos**
131 **de corte (extensivo) - Uberlândia/MG - PA/Nº 00983/2013/002/2014 - Classe 4.**
132 **Apresentação: Supram TMAP. 10.6 ERB MG Energias Ltda. - Produção de energia**
133 **termoelétrica - Santa Vitória/MG - PA/Nº 40548/2013/002/2014 - Classe 5.**
134 **Apresentação: Supram TMAP. (...) FREI RODRIGO (AMEDI): Destaque. RODRIGO**
135 **(PRESIDENTE): Item 11. Processos Administrativos para exame da Licença de**
136 **Operação Corretiva: 11.1 Prefeitura Municipal de Frutal / Matadouro Municipal -**
137 **Abate de animais de médio e grande porte (suínos, ovinos, caprinos, bovinos, equinos,**
138 **bubalinos e muares, etc.) - Frutal/MG - PA/Nº 13541/2011/001/2011 - Classe 3.**
139 **Apresentação: Supram TMAP. FERNANDO (ABES): Destaque. RODRIGO**
140 **(PRESIDENTE): 11.2 Rivulis Plastro Irrigação Ltda. (Ex - John Deere Water Sistema de**
141 **Irrigação S/A) - Moldagem de termoplástico não organoclorado sem a utilização de**
142 **matéria-prima reciclada ou com a utilização de matéria-prima reciclada a seco, com a**
143 **utilização de tinta para gravação - Uberlândia/MG - PA/Nº 01802/2002/003/2014 -**
144 **Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Item 12. Processos Administrativos para exame**
145 **de Revalidação da Licença de Operação: 12.1 Saks Comércio e Confecções Ltda. -**
146 **Fabricação de outros artigos de plástico, borracha, madeira ou outros materiais**
147 **(exclusive metais), não especificados ou não classificados - Sacramento/MG - PA/Nº**



18366/2005/003/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Destaque. RODRIGO (PRESIDENTE): Item 12.2 Black & Decker do Brasil Ltda. - Fabricação de eletrodomésticos - Uberaba/MG - PA/Nº 00097/1996/016/2013 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Destaque. RODRIGO (PRESIDENTE): Item 12.3 Laticínios Catupiry Ltda. - Preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios - Santa Vitória/MG - PA/Nº 05928/2005/002/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Vamos então entrar em votação aos itens 10.3; 10.4; 10.5; 11.2 e 12.3, os que forem favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Ficam os itens aprovados. Destaque do Alam no item 6.1. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Por se tratar de empreendimento Classe 5, solicito a inclusão de Condicionante da Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), a compensação da Lei do SNUC em virtude de que a própria classificação pelo Decreto do empreendimento como Classe 5, já presume o impacto ambiental gerado, presunção pelo próprio Estado e a doutrina e a jurisprudência também não exigem o EIA/RIMA para a compensação ambiental da Lei do SNUC. FREI RODRIGO (AMEDI): Em relação a Vale do Tijuco, a gente queria fazer aqui uma reflexão e uma denúncia. Desde o mês de Abril a gente tem feito, nós entregamos inclusive aqui na SUPRAM, um ofício que a Usina Tijuco arrendou a Fazenda Água Limpa Aroeira, que faz divisa com o Assentamento de Reforma Agrária Flávia Nunes e está danificando a Mata dessa Reserva. Os representantes da Associação desse Assentamento procuraram o proprietário dessa Fazenda para comunicar que iam impedir a passagem de veículos pesados e o que tem acontecido é que estão passando maquinário pesados e veículos articulados na Reserva e nesses últimos dias a informação que nós temos é que a Usina entrou com tratores com grade derrubando barranco. Então, a gente queria só aproveitar para fazer essa reflexão, que os empreendimentos devem respeitar como um todo o Meio Ambiente. RODRIGO (PRESIDENTE): Fica registrado. SUPRAM? RODRIGO (ANALISTA SUPRAM): Quanto a questão do SNUC, o processo da Usina como um todo, do complexo está em andamento, em análise na CPB, então, não sei se seria de incluir para ser analisado em conjunto já no processo existente. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Diante do esclarecimento da SUPRAM retiro o pedido de inclusão da Condicionante. RODRIGO (PRESIDENTE): Vamos votar o item 6.1 então, os que forem a favor fiquem como estão, os contrários se manifestem. Fica aprovado então o item 6.1. A pedido do representante da FIEMG nós vamos retornar ao pedido de vistas do item 5.1, pelo representante da FIEMG. THIAGO (FIEMG): Eu vou ser bem breve já que o Parecer foi enviado no prazo determinado, somente vou ler a conclusão do Parecer: *“Diante de todo exposto entendemos que o Parecer Técnico da equipe da SUPRAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, baseado no RADA, na vistoria, nos aponta dificuldades dos cumprimentos das Condicionantes pelo empreendedor. Além disso, a CONAB identificou o erro na Classificação da sua atividade no FCE, não sendo classificado como Classe 5 e sim como Classe 3 e que a empresa tentou sanar o referido equívoco solicitando junto à SUPRAM um TAC, enquanto o novo processo de licenciamento se configurava, o que demonstra vontade do empreendedor em cooperar com a solução da temática ambiental. Por fim, não há significativo impacto ambiental identificado tanto no Parecer Único quanto na Fiscalização resultantes do armazenamento e na execução das atividades a serem regularizadas, nem mesmo identificadas e com provável acidente ambiental causador de poluição e degradação ambiental. Sugerimos que o Termo de Ajustamento de Conduta seja firmado entre o órgão ambiental e a CONAB para que as atividades possam ser executadas até que o processo de Licença de Operação Corretiva com a correção da qualificação da atividade seja concluída”*. É esse o Parecer. Somente a sugestão de assinatura de TAC com a SUPRAM para o andamento da Licença de Operação Corretiva e o Indeferimento da Revalidação aqui pautado. RODRIGO (PRESIDENTE):



Então, vamos entrar em votação o item 5.1, os que forem a favor permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Áudio não identificado – fora do microfone. NÃO IDENTIFICADO:** O Município de Uberlândia se abstém à votação. RODRIGO (PRESIDENTE): Fica registrado. Então, fica aprovado pela maioria. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Só uma informação. Nós estamos votando o Parecer? O Parecer da SUPRAM, tudo bem. RODRIGO (PRESIDENTE): Então, fica aprovado, novamente, o item 5.1 por maioria. Destaque Dr. Alam, item 7.1. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Eu queria que a SUPRAM esclarecesse, não ficou muito claro para mim no Parecer, se o empreendimento afinal, tem Área de Preservação Permanente pela questão das cotas máximas e *maximorum*, máxima de operação e a *maximorum*; a máxima operativa parece que bate com a *maximorum*, portanto não teria APP. É isso? CARLOS (SUPRAM): Com relação ao Reservatório de Águas Vermelhas não possui APP; a APP foi considerada do barramento que existe próximo ao empreendimento. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Ok. Ainda um segundo esclarecimento, em consultas às imagens do Google, a última imagem seria do dia 12 de abril de 2007, não constava o prédio da Administração. Eu queria saber se o empreendedor comprovou nos autos que este prédio realmente existia antes da data de 22 de julho de 2008, constada para consolidação? CARLOS (SUPRAM): Nas imagens que ele apresentou para a gente as estruturas já existiam. Essas estruturas já existiam, as estruturas do empreendimento. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Sabe dizer de quando são essas imagens? CARLOS (SUPRAM): Eu teria que verificar no processo. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Eu gostaria que checasse, só porque a informação que eu obtive de que essa edificação especificamente não estaria na imagem do Google, de 12 de abril de 2007. Então, ainda que o empreendimento seja aprovado, eu gostaria que a SUPRAM levantasse isso para não ficar com eventual informação falsa. CARLOS (SUPRAM): Ok. A gente vai verificar. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Uma repercussão não só administrativa, mas também criminal. Então, fica aqui, independente de eventual aprovação, que a SUPRAM verifique se essas imagens são verdadeiras e se edificação da área administrativa, o prédio da administração já existia antes de 22 de julho de 2008. CARLOS (SUPRAM): Ok. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Além disso, houve entendimento que as intervenções seriam consolidadas e com relação ao Depósito de Areia, o que me parece não estaria previsto no conceito de estabilização estabelecido pelo Artigo 2º - Inciso I da Lei Estadual; ele prevê várias atividades, mas dentre elas não está previsto Depósito de Areia, não encontrei nenhuma possibilidade de inclusão dessa atividade específica no conceito da consolidação. CARLOS (SUPRAM): Na verdade, os Depósitos de Areia são contíguos à estrada que tem na propriedade. A questão do uso seria em relação às estradas e os Depósitos de Areia consequentemente estão marginais às estradas. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Sim, mas eles são marginais, eles não se sobrepõe, então seriam atividades distintas. Olha, o Artigo 2º: “Área rural consolidada é considerada rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias, agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio”. Então, eu particularmente entendo que o Depósito de Areia não pode ser enquadrado como atividade consolidada. Então, eu acho que nesse ponto a atividade ali, ele vai ter que encontrar um outro local para depositar areia, que não seja dentro da Área de Preservação Permanente. Qual é a solução que a SUPRAM aponta para, se for o caso, baixa em diligência para não indeferir agora? Uma vez que, eu acho, que se ele não tiver alternativa de locação, não dá para aprovar. CARLOS (SUPRAM): Por decisão da equipe aqui, a gente vai baixar o processo em diligência, então, para maiores esclarecimentos. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Então, só mais uma questão para que já seja verificada com a diligência. No Parecer diz que a intervenção na APP é de 03,4100 hectares e foi fixada para compensação 02,9699 hectares, uma fração inferior, não sei se isso já dá para esclarecer



o motivo por essa compensação ter sido feita em área menor. Além disso, pelo que consta no Parecer, seriam 03 glebas, essa compensação seria feita em 03 glebas e 02 delas, pelo que eu entendi já estariam florestadas. Se elas já estão florestadas não seria compensação. CARLOS (SUPRAM): Na verdade, Alam, não é a compensação, foram 03 áreas que a gente identificou que precisava ser recuperada. Como a gente considerou os antrópicos consolidados, a necessidade da compensação, apenas a questão da recuperação dessas APPs, e isso já vem sendo feito pelo empreendedor, por isso que já existem algumas mudas e ele vai continuar com esse processo de recuperação dessas 03 glebas. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Tudo bem com relação a esse ponto específico. Entendo o esclarecido. RODRIGO (PRESIDENTE): Então, o item 7.1 baixado em diligência. O item 8.1, destaque do Rodrigo do CREA. RODRIGO (CREA): Apenas nas Condicionantes que aparecem no Anexo I, ficou faltando a observação 2 padrão, sobre a comprovação via ART, principalmente em relação ao Item 3 da Condicionantes que é o teste de tanqueidades dos tanques e o plano de manutenção e limpeza do sistema do Item 4. RODRIGO (SUPRAM): Concorde com a inclusão da ART nas Condicionantes. RODRIGO (PRESIDENTE): Então, nos itens 3 e 4 do Anexo I das Condicionantes fica incluída a apresentação de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) aos estudos. Então, em votação o Item 8.1, os favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Fica aprovado o item 8.1 pela maioria. O item agora é o 9.1, tem destaque do Dr. Alam. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): A princípio a mesma solicitação de inclusão de Condicionante, por se tratar de empreendimento Classe 5, incluir a Condicionante de compensação da Lei do SNUC. RODRIGO (PRESIDENTE): Então, eu vou ler a Condicionante da Lei do SNUC. A gente vota a inclusão de Condicionante e depois a gente vota o Parecer. Descrição da Condicionante: *“Protocolar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF (Instituto Estadual de Florestas), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da licença, processo de Compensação Ambiental, conforme procedimento estipulado pela Portaria IEF número 55 (cinquenta e cinco) de 23 (vinte e três) de abril de 2012 (dois mil e doze)”*. O prazo 30 dias contados do recebimento da Licença. Os que são favoráveis à inclusão da Condicionante permaneçam como estão, os contrários se manifestem. THIAGO (FIEMG): Voto contrário à inclusão da Condicionante, visto que o Parecer não identificou a ocorrência de significativo impacto ambiental do empreendimento. ELAINE (FAEMG): Eu sou contra também, pelas mesmas razões, pela inaplicabilidade no caso. RODRIGO (PRESIDENTE): O item 9.1, a inclusão de Condicionante fica aprovada pela maioria. E agora a gente volta ao Parecer do item 9.1, os que são favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Aprovado pela maioria. Item 10.1 destaque Thiago FIEMG. THIAGO (FIEMG): Presidente, somente antes de mencionar sobre especificamente sobre esse processo, eu queria somente solicitar que da próxima vez que for solicitada a inclusão de Condicionante, que seja votado primeiramente o Parecer da SUPRAM e depois a Condicionante, para adequar ao Regimento Interno do COPAM, que determina dessa forma ou votar o Parecer juntamente com a Condicionante, já que não há possibilidade pelo Regimento Interno de votar a Condicionante antes do Parecer da SUPRAM. Quanto ao item 10.1 somente queria pedir que o empreendedor se manifeste, ele tem a proposta de alteração de 02 Condicionantes. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Bom, eu sou contrário, a gente tem que votar primeiro a Condicionante para que inclusive subsidie a gente para votar o processo. THIAGO (FIEMG): Eu queria pedir então uma manifestação da Diretoria de Controle Processual, já que eu estou pedindo exatamente a aplicação do Regimento Interno do COPAM e como nós somos um Colegiado nós temos que seguir exatamente o que dispõe o Conselho de Política Ambiental do Estado. DAIANE (SUPRAM): Conselheiro, a gente vai observar, vou consultar, mas é comum aqui no Conselho a gente sempre por em votação a inclusão da Condicionante e posteriormente a



votação do Parecer. Mas a gente vai verificar para que não ocorra, se a gente está fazendo o entendimento errado, que a gente faça a correção. Está bom? LETÍCIA (ENGENHEIRA AGRÔNOMA DA BRF): Gostaria de pedir a exclusão da Condicionante 03 e 04, visto que a 041 é consequência da 03. Gostaria de explicar o porquê. Está pedindo um projeto de reutilização da água do resfriamento desses bebedouros. Como que é feito esse resfriamento? Ele é um sistema de “fleshing” e ele é só utilizado até os 07 dias de vida do pintinho. Então, fica uma água na canaleta do barracão e ele é só utilizado em dias muito quentes. Então, quando a água esquentar nesse cano é feito a descarga para resfriar a água e aí então, no final do barracão tem um cano de 01 polegada e meia, então a água que desperdiça é desse cano. Então, é somente nesse período de 07 dias e só utilizado uma vez no dia e durante dias muito quentes. Então, acho que é inviável esse projeto para reutilização dessa água, é muito pouca. E consequentemente a Condicionante 04, é consequente da 03. Na Condicionante número 05 também queria pedir a reformulação dela, porque eu acho que ela deveria estar no Anexo II, de automonitoramento e retirar essa frequência que está escrito “a cada troca de lote”, porque a composteira não é trocada a cada lote e sim ela vai colocando nas células a cada mortalidade dentro do barracão. Então, ela vai enchendo as células, independente da quantidade de lotes, somente quando fecha as células tudo, com as aves mortas e que ele fecha aquela célula, espera estabilizar 120 dias para depois ser retirada ela. Então, eu acho que nessa Condicionante tem que tirar essa frase “frequência a cada troca de lote” e colocá-la como automonitoramento. E também a exclusão do item 6, porque ela está divergente; primeiro que está “cumprir as Condicionante 04, 06 e 07 do Anexo I e item 02 do Anexo II”, o prazo dela está divergente dos outros prazos que estão escritos anteriormente. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Antes de ouvir a SUPRAM, eu gostaria que responsável técnica do empreendimento esclarecesse qual a dificuldade técnica, qual o empecilho técnico para o reaproveitamento da água? Eu não consegui entender isso, uma vez que apesar desse desperdício não ser constante, ele ocorre. Tem uma fotografia no Parecer e o próprio empreendedor reconhece isso. Qual a dificuldade técnica de fazer essa reutilização? O Empreendedor, a senhora. LETÍCIA (ENGENHEIRA AGRÔNOMA DA BRF): Eu acho que seria um projeto inviável, porque ele vai ter que canalizar isso daí para jogar para a caixa de novo para poder ser inserido na próxima lavagem. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Mas será que não tem nenhuma outra alternativa de uso que não seja a reinclusão nesse processo. LETÍCIA (ENGENHEIRA AGRÔNOMA DA BRF): O empreendedor é, como foi o primeiro lote eles não estavam sendo bem orientados, mas a orientação da empresa é colocar tambores para poder reutilizar, colocar só os tambores lá no final do cano. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Então, se eu já estou entendendo a própria orientação da empresa é a reutilização da água. Então, acredito que não tem dificuldade técnica nenhuma na reutilização. LETÍCIA (ENGENHEIRA AGRÔNOMA DA BRF): Não reutilização, eu acho que só não precisa desse projeto complexo com ART. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Então a SUPRAM esclareça. ANA CLÁUDIA (SUPRAM): Vamos por partes então. A primeira Condicionante que eles questionaram, a respeito do reaproveitamento da água. Nós fomos fazer a vistoria, no dia os animais estavam com 15 dias e infelizmente no Parecer no deu para ver a foto e também não coube, não era nossa função medir a vazão dessa tubulação que estava sendo jogado fora a água. Então, na época que nós estamos, crise de água, discutindo o problema de água mundial, falar que, no meu ver, se fosse um dia jogando a água já seria um motivo para ser repensado. Então, a garantia, eu acho que inclusive se já tem proposta do empreendedor fazer algo, que seja feito dentro das normas, que seja então garantido, com ART, esse projeto. Qual é o dimensionamento desse recipiente que vai pegar essa água? Como que vai ser reutilizado? A gente tem que ter responsabilidade com relação a isso. Então, ressaltando, nós fomos com 15 dias; 15 dias estava vazando muita água, constante, durante todo período da



nossa vistoria. Então, não era nem 07 dias, então, o que garante para a gente isso aí de 07 dias, se nós fomos com 15 e nós verificamos isso. Então, a nossa equipe mantém essa Condicionante da forma que está escrito. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): O projeto, não é que seja um projeto complexo, alguém tem que se responsabilizar do projeto, a engenharia é para isso, é para dar projetos, soluções para a reutilização. Não importante que seja com tambor ou com recipientes complexos. Então, vai ter sim que ter um projeto sobre isso. ANA CLÁUDIA (SUPRAM): Segunda Condicionante questionada, a Condicionante número 05. Eu só gostaria de ler a Condicionante, posso? *“Seguir as orientações da publicação da EMBRAPA “Guia para operar uma compostagem de aves mortas” Frequência: a cada troca de lote”*. Eu gostaria só de lembrar, com relação à leitura do Parecer, que foi descrito um manejo inadequado da composteira. Quando nós chegamos lá, observamos. Então, quando foi incluída essa Condicionante foi para garantir que o manejo seja feito de forma correta. Então, ele não estava de forma correta, vocês devem ter lido isso, e isso gera um problema ambiental e nós vamos manter essa Condicionante, inclusive a cada troca de lote. Embora, os animais à medida que vão morrendo vão sendo adicionados, eu gostaria de lembrar que isso é importante seguir esse manual para garantir esse manejo adequado. A última Condicionante, qual foi? Veja bem, nós observamos que uma Condicionante, da Licença anterior concedida, LP mais LI, aliás, 03 e nós estamos garantindo com essa Condicionante, cumprir as Condicionantes anteriores, nós estamos garantindo que se o empreendimento uma vez autuado, que foi na forma de advertência, ele cumpra, não simples passe esse prazo ou como acontece em alguns casos do empreendedor pagar uma multa e depois não cumprir a Condicionante. Então, valorizando a importância dela no processo anterior, nós incluímos, mantivemos para que ela seja cumprida. Levando em consideração então o tempo de crescimento, a época necessária para se fazer o plantio, aí nós demos esse prazo. Então, ela fica mantida, segundo a equipe técnica. LETÍCIA (ENGENHEIRA AGRÔNOMA DA BRF): Gostaria só de esclarecer que eu não estou pedindo exclusão da Condicionante número 05, apenas reformulação. Então, que frequência não é a cada, volto a ressaltar que não é a cada troca de lote. RODRIGO (PRESIDENTE): A equipe técnica mantém então as Condicionantes do Anexo I do Parecer, então vamos entrar em votação o Item 10.1, os que forem a favor permaneçam com estão, os contrários se manifestem. THIAGO (FIEMG): Voto favorável pelo processo e abstenção nas Condicionantes 03, 04 e 05. RODRIGO (PRESIDENTE): Fica registrado. Aprovado o item 10.1 pela maioria. O Item 10.2 destaque Rodrigo do CREA. RODRIGO (CREA): A mesma observação no Anexo I sobre as Condicionantes, ficou faltando a observação sobre o teste de tanqueidade no item 4. Os tanques reservatórios. RODRIGO (PRESIDENTE): Acompanhar de ART. RODRIGO (SUPRAM): Concorda em incluir. RODRIGO (PRESIDENTE): Fica incluída então a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica no item 4 das Condicionantes. Destaque Dr. Alam, Ministério Público. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Eu gostaria que a equipe informasse se houve autuação do empreendimento por cumprimento da Condicionante fora do prazo mencionado na página 06 do Parecer? RODRIGO (SUPRAM): É o item 7 da compensação? ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Hum, agora tenho que olhar aqui. Na página 06 menciona que houve o cumprimento de Condicionante fora do prazo, deixa eu verificar aqui. RODRIGO (SUPRAM): A gente vai estar olhando o mesmo, o cumprimento foi acho que 02 dias fora do prazo. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Agora não me recordo o prazo, mas parece que teve uma Condicionante cumprida fora do prazo. Agora não estou encontrando aqui. Gostaria só de verificar se houve autuação por isso. RODRIGO (SUPRAM): Vai ser feita autuação sim, pelo cumprimento fora do prazo. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Ok. Ainda só mais um esclarecimento. Eu vi que consta aí que houve a morte de alguns espécimes de Pequi, na verdade 18 teriam perecido e foi feita uma proposta de compensação que me parece



que não atende a proporção de 05 a 10 espécimes estabelecidos pela Legislação. RODRIGO (SUPRAM): Dr. Alam, é nesse processo mesmo ou é no do Peloi? Acho que é no anterior que houve a mortalidade dos Pequís. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Não foi nesse? Então eu me equivoquei aqui. Peço desculpas, gostaria só que a SUPRAM, apesar de não ter pedido destaque, verificasse eu acho que as questões, eu devo ter anotado errado, mais uma vez peço desculpas. Gostaria só que verificasse depois se foi atendida a proporção de 05 para 10 espécimes para cada árvore perecida, a Lei Estadual 20.308/2012. Na verdade, Amilton, até em respeito aos Conselheiros, talvez esse esclarecimento já que tenho sido pré-incluído, podemos deixar isso para depois, isso também não impede, já foi até votada a Licença, já foi deferida, só a SUPRAM, a gente pode até conversar isso posteriormente, mas não impede que reveja isso como Ato Administrativo, se for o caso, restabeleça a proporção legal. Não vejo problema que isso seja feito depois, até em respeito com os colegas Conselheiros aqui para a gente não tumultuar a sessão discutindo questões de processos que já foram votados, até por culpa minha aqui nas anotações, peço desculpas mais uma vez aos colegas Conselheiros e à equipe da SUPRAM. RODRIGO (PRESIDENTE): Então vamos por em votação o Item 10.2, os que são a favor permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Fica aprovado então o Item 10.2. O Item 10.6, tem o destaque do Frei Rodrigo. FREI RODRIGO (AMEDI): É só um esclarecimento da equipe técnica, como o processo foi dividido em fases, foi fracionado e houve uma série de desmembramentos; eu gostaria só de saber se as compensações anteriores foram incluídas? Condicionantes. CARLOS (SUPRAM): As Condicionantes ou compensações? Tanto as Condicionantes quanto as compensações, tem um item que fala sobre a compensação ambiental no Parecer que foi feito considerando os 02 empreendimentos, um único empreendimento. Em relação ao processo da Usina Santa Vitória existe a compensação pelo corte de árvores também que vai ser abordado no processo da Santa Vitória. Em relação às Condicionantes as que foram pertinentes à geração de energia termoeletrica foram abordadas aqui e o restante será abordado no processo de LO da Usina Santa Vitória. FREI RODRIGO (AMEDI): É isso que a gente às vezes um pouco reclama, todas as vezes que esses processos vêm fracionados e nesse caso desmembrados, nunca dá para a gente fazer uma discussão do empreendimento como um todo e do impacto que o empreendimento tem. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Frei Rodrigo, o processo de Licença de Operação da Usina Santa Vitória está em fase final de conclusão e todas as Condicionantes foram cumpridas, inclusive da compensação. Vai haver na próxima pauta de reunião as compensações descritas, infelizmente não veio para essa reunião, porque são muitas Condicionantes, a equipe não conseguiu colocar nessa, mas aí eu estou aqui só tirando essa dúvida para o senhor, a respeito da compensação. A equipe já analisou e foi cumprido esse item na compensação conforme estava na Licença de Instalação que não havia sido desmembrado. Certo? Somente nessa fase que houve esse desmembramento da fase de LO da Termoeletrica, que ele levou em consideração somente o que era pertinente, mas esse processo da Usina Santa Vitória já virá na pauta da próxima reunião, com as compensações que o senhor está falando. FREI RODRIGO (AMEDI): Ok. Me sinto satisfeito com o esclarecimento com relação às compensações e gostaria só de frisar o aspecto de que nós temos que mudar essa forma, esse procedimento que pega o empreendimento e vai picando esse empreendimento em termos de Licenças. É extremamente recorrente aqui. RODRIGO (PRESIDENTE): Vamos entrar em votação o Item 10.6, os favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. RODRIGO (CREA): Abstenção. RODRIGO (PRESIDENTE): Fica registrada a abstenção do Rodrigo CREA. Aprovado pela maioria. O Item 11.1 destaque Fernando. FERNANDO RUAS (ABES): Queria esclarecimento da equipe técnica a respeito da declaração da COPASA de que os afluentes podem ser direcionados à rede coletora, consta no Parecer, na página 06, que essa Comunicação é datada de 2011



quando foi formalizado o processo. Eu gostaria de saber se podemos colocar uma Condicionante onde que pedimos uma anuência da COPASA para os lançamentos dos efluentes produzidos, com prazo anual? AMILTON (SUPRAM): Fernando, consta no processo 02 anuências da COPASA e somos favoráveis ele apresentar isso anualmente, essa declaração da COPASA, para que ele possa lançar na rede coletora dela. FERNANDO RUAS (ABES): Ok. RODRIGO (PRESIDENTE): Então vamos entrar em votação o Item 11.1, os favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Aprovado o item 11.1. FERNANDO RUAS (ABES): Presidente, questão de ordem aqui, já com a Condicionante incluída? É isso? JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Com a Condicionante incluída. FERNANDO RUAS (ABES): Ok. É que eu fiquei com aquela dúvida de votar a Condicionante depois o Parecer. Nesse caso a SUPRAM concordou e aí já. Ok, muito obrigado. RODRIGO (PRESIDENTE): 12.1 destaque Ministério Público, Alam. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Na verdade eu gostaria de um esclarecimento da SUPRAM, eu acho que eu já entendi, mas no Parecer menciona que o AVCB apresentado no processo anterior expirou em 19 de março de 2015, mas depois no item 8, salvo engano na página 07 parece que foi apresentado um novo AVCB no momento da vistoria com validade de 05 anos. Queria só saber se o empreendimento conta com o AVCB válido? JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Item 12.2? ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Item 12.1. NAIARA (SUPRAM): Realmente a validade do AVCB consta 19/03/2015, a equipe entende que seja Condicionada a apresentação do AVCB atualizado no prazo de 180 dias. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Satisfeito. RODRIGO (PRESIDENTE): Vamos votar o Item 12.1, com a inclusão da Condicionante de apresentação do AVCB no prazo de 180 dias. Os favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Item 12.1 aprovado. O item 12.2 destaque Promotor Dr. Alam. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Também vou solicitar esclarecimentos mais uma vez da SUPRAM. Item 12.2 Black & Decker, eu queria saber se o empreendimento conta com Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras. No Parecer consta que sim, mas parece que em consulta ao site do IBAMA consta que a empresa não possuía esse Certificado. Não sei se é só um descompasso entre os dados do SIAM e do IBAMA. ANA CLÁUDIA (SUPRAM): Eu vou chamar o empreendedor para esclarecer quanto a isso. DIEGO (BLACK & DECKER): Em contato com o pessoal do IBAMA eles me cobraram a questão da Licença Ambiental para a gente revalidar o CTF no caso. Então, me pediram para colocar atualmente a que está em processo, mas a gente está dependendo da liberação aqui para regularizar essa parte do Cadastro Técnico Federal. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Bom, antes de passar para a equipe técnica, já aproveitando o empreendedor, eu gostaria de saber se o empreendimento possui Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, o AVCB? DIEGO (BLACK & DECKER): Sim. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Parece que isso não foi mencionado no Parecer. **Áudio não identificado – fora do microfone.** ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Satisfeito então. Eu só gostaria de pedir, eu também agora não tenho certeza absoluta, mas me parece que não. Eu gostaria de pedir a inclusão de Condicionante para que comprove nos autos o AVCB e também o Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico. Em princípio, esse Certificado inclusive seria necessário para expedição da Licença, eu não sei por qual motivo o IBAMA acabou exigindo primeiro, porque a instrução de serviço conjunto da SEMAD/FEAM número 01 de 2013 exige apresentação desse Certificado para expedição da Licença de Operação. Mas não vejo óbice desde que seja condicionada a apresentação desse Certificado e do AVCB. ANA CLÁUDIA (SUPRAM): Eu não vejo problema nenhum. Concordo. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): A equipe pode verificar um prazo junto com o empreendedor para apresentação dos documentos? JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): 30 (trinta) dias. ALAM (PROMOTOR DE



491 JUSTIÇA): Para os dois documentos? JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Para os 02 documentos.
492 ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): AVCB e Certificado? JOSÉ ROBERTO (SUPRAM):
493 Para os 02 documentos. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Satisfeito. JOSÉ ROBERTO
494 (SUPRAM): Dr. Alam, só uma observação, a questão de Corpo de Bombeiros, o AVCB.
495 Anteriormente, até os Conselheiros, têm novos e os antigos Conselheiros, a gente estava
496 votando a Licença e mandando o ofício ao Corpo de Bombeiros para regularização do AVCB,
497 por quê? Quando está votando Pareceres, pela Lei, somente o Posto de Combustíveis exige o
498 AVCB na formalização da LO e como nós estamos pedindo, às vezes a gente pede um prazo
499 de 180 dias, 30 dias e eles não conseguem, o Corpo de Bombeiros não consegue, certo?
500 Então, a gente fica na dependência e fica prorrogando às vezes essa Condicionante, que no
501 caso nós não temos um Termo de Referência. Nós estamos até seguindo uma recomendação
502 do MP, certo? Que esses dois processos constam da Condicionante, mas outros processos que
503 não estão no AVCB, nós votávamos e estávamos mandando ofício ao Corpo de Bombeiros
504 para que providenciasse o AVCB. Foi combinado com o Dr. Carlos na época, aqui numa
505 reunião do Conselho. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Tudo bem, não vejo problema
506 não, só me surgiu a dúvida nesse empreendimento específico. Satisfeito. RODRIGO
507 (PRESIDENTE): Então vamos para votação do Parecer do Item 12.1, com as Condicionantes
508 de apresentação do AVCB e Condicionante do Cadastro Técnico Federal. Prazo de 30 dias.
509 Os que favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Item 12.2 fica
510 aprovado. THIAGO (FIEMG): Voto contrário à Condicionante do AVCB, pelas razões
511 apontadas pelo José Roberto. RODRIGO (PRESIDENTE): Fica registrado. Item aprovado
512 pela maioria. Vamos passar agora para o Item 13. **Proposta de agenda anual para as**
513 **reuniões da Unidade Regional Colegiada do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba do**
514 **COPAM para o ano de 2015. Apresentação: Supram TMAP.** ANTÔNIO GERALDO
515 (CERVIVO): Bom, essas reuniões estão programadas para continuar dessa mesma forma que
516 está. Eu gostaria de sugerir, se poderia a gente passar para a primeira semana, mesmo porque
517 as nossas Entidades fazem parte de Câmara Técnica, no Conselho Estadual de Recurso
518 Hídrico e elas estão chocando e há dificuldades da nossa Entidade de estar fazendo isso,
519 participando das reuniões. DAIANE (SUPRAM): A Adriania acabou de me esclarecer que
520 essas datas já pré agendadas já é instrução da SEMAD para não coincidir com outras URC's,
521 que são datas posteriores, para haver essa sincronia com as demais URC's. ANTÔNIO
522 GERALDO (CERVIVO): Bom, isso é só uma proposta, se haver a possibilidade seria bom,
523 mas se não, não tem problema. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Em nome da equipe técnica,
524 Conselheiro Geraldo, nós temos que entregar a pauta 20 dias antes da reunião, então, se nós
525 colocarmos na primeira semana, para a equipe técnica realmente vai ficar praticamente
526 inviável. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Tudo bem. RODRIGO (PRESIDENTE):
527 Então vamos à votação da Proposta do Item 13, os que forem favoráveis permaneçam como
528 estão, os contrários se manifestem. Fica aprovada então a Proposta da Agenda para o Ano de
529 2015. Antes do encerramento gostaria de dar a palavra ao Sr. Franco, novo Superintendente
530 da SUPRAM de Uberlândia. FRANCO (SUPRAM): Gente, bom dia a todos. Licença para
531 ficar de costas para o pessoal que está logo aqui. Eu queria agradecer a oportunidade da
532 palavra e inicialmente me apresentar como Superintendente aqui da SUPRAM, muitos eu já
533 conheço, já estive com alguns setores e queria rapidamente fazer algumas brevíssimas
534 considerações. Primeiro, uma coisa que eu não tive a oportunidade de fazer, estava
535 aguardando esse momento, agradecer na figura do Dr. Rodrigo; viu Dr. Rodrigo, agradecer
536 todo empenho que o senhor teve à frente da SUPRAM nos últimos anos. Acho que toda
537 Comunidade de Uberlândia e região é muito grata pelo seu trabalho, acho que é muito válido
538 reconhecer tudo o que o senhor fez pela SUPRAM. Espero, como sucessor do seu trabalho,
539 honrar tudo que foi feito e naturalmente de uma forma muito democrática e transparente



540 aprimorar esse trabalho. Então, eu queria parabenizar o senhor e até pedir, se possível, uma
541 salva de palmas ao Dr. Rodrigo, nos últimos anos. Dr. Rodrigo, muito obrigado. Agora, vocês
542 sabem naturalmente da quantidade de desafios que nós temos e eu acho que a melhor forma
543 de buscar superar esses desafios é através do diálogo. Nós estamos buscando construir
544 algumas agendas como, por exemplo, já estivemos com Dr. Carlos, em Uberaba, vou tentar
545 com Dr. Alam agendar uma agenda para os próximos dias, estamos estreitando esse
546 relacionamento com a sociedade civil; Frei Rodrigo já esteve conosco aqui essa semana, é da
547 nossa intenção se reunir com a sociedade civil ao menos uma vez por mês. Então, nós temos
548 inúmeros desafios, inclusive algumas questões de natureza procedimental, eu até me permita a
549 sinceridade também, eu até fiquei um pouco chateado na realidade da forma como isso
550 acontece; os técnicos em pé aqui, a gente vai tentar melhorar um pouco essa estrutura, para
551 que eles também sintam à vontade na hora de defender as suas teses, porque na verdade o que
552 eles fazem são defesas das suas teses e das suas análises. Mas então é isso, eu queria muito
553 agradecer essa oportunidade, parabenizar os senhores pelo trabalho, nosso gabinete está
554 aberto de uma forma muito pouco burocrática, a gente tenta abrir nossas portas para o diálogo
555 na melhor forma e com a maior frequência possível. Então, a gente vai buscando essas
556 agendas para aprimoramento de cada uma das situações, para que a gente tenha cada vez mais
557 um processo eficiente, transparente e democrático. Eu acho que é isso que a gente tem que
558 buscar. Muito obrigado a todos e bom dia. **14. Encerramento:** RODRIGO (PRESIDENTE):
559 Então declaro encerrada a 115ª Reunião do COPAM do Triângulo, Uberlândia, às 10h30min
560 da manhã, do dia 08 de maio de 2015. Muito obrigado a todos, bom final de semana e bom
561 retorno. da a reunião. Nada mais havendo a tratar, após o Presidente agradecer a presença de
562 todos encerrou-se a reunião e eu, Rogério Garcia Caetano, lavrei a presente Ata que segue por
563 ele assinada. Uberlândia, 08 de maio de 2015.

564
565
566 _____
567 RODRIGO PEREIRA DO AMARAL – (presidente suplente)